



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A sociedade brasileira da década de 1960 e a repercussão da pílula
contraceptiva oral no cotidiano feminino.**

Ana Clara Rodrigues dos Santos

Brasília

2021

Ana Clara Rodrigues dos Santos

**A sociedade brasileira da década de 1960 e a repercussão da pílula
contraceptiva oral no cotidiano feminino.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, por Ana Clara Rodrigues dos Santos, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História. Orientado pela Professora Dra. Ione de Fátima Oliveira.

Brasília

Maio de 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, em especial aos meus avós Jani e Valteci, sem o apoio deles essa conquista não seria possível.

Ao meu companheiro Matheus, por sempre me incentivar e estar ao meu lado.

A minha orientadora Ione, por todo aprendizado e paciência. E também à Deus, por me permitir alcançar esse mérito.

SUMÁRIO

RESUMO	5
Introdução.....	6
Capítulo 1 – O contexto brasileiro dos anos de 1950 e 1960.	9
1.1 Os aspectos do sistema político democrático e a sua interrupção em 1964.....	9
1.2 As Concepções da fase desenvolvimentista e as instabilidades econômicas da década de 1960.....	12
1.3 O retrato da sociedade brasileira na conjuntura da década de 1960.	15
1.4 A resposta cultural mediante à modernização brasileira e o regime ditatorial de 1964.....	17
Capítulo 2 – A condição feminina no Brasil na década de 1960.....	19
2.1 Os direitos civis, políticos e sociais das mulheres.	19
2.2 O papel social da mulher segundo a moral conservadora.....	22
2.3 Os novos espaços da mulher: do mercado de trabalho às universidades.....	25
Capítulo 3 – A inserção da pílula contraceptiva oral na sociedade brasileira e a repercussão em jornais e revistas da década de 1960.....	28
3.1 O crescimento demográfico acelerado e as controvérsias com relação ao uso do contraceptivo oral no Brasil.....	28
3.2 A acessibilidade das pílulas contraceptivas orais no início da sua comercialização.	30
3.3 Os padrões da sexualidade feminina e as possíveis modificações com a introdução do contraceptivo oral.	31
3.4 As análises de fontes documentais: visões e opiniões sobre o anticoncepcional na década de 1960 nos jornais O Globo, Folha de São Paulo e Revista Claudia. .	33
Considerações Finais.....	41
Referências Bibliográficas	44
Periódicos.....	44
Legislação	44
Bibliografia	45

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar parte da realidade feminina perante a sociedade brasileira da década de 1960 e quais foram as repercussões da inserção da pílula contraceptiva oral no cotidiano da mulher. Para tanto, serão explorados em aspectos gerais o contexto político, econômico, social e cultural do Brasil naquele período. Neste cenário, forneceremos enfoques das experiências femininas, trilhando conquistas e reivindicações dos direitos civis, políticos e sociais. Subsequentemente, os tópicos finais analisam a chegada da pílula contraceptiva oral, as questões relativas à sua aceitabilidade no seio dos diferentes setores da sociedade e os seus impactos na vivência feminina.

Palavras-chave: Cotidiano feminino, década de 1960, pílula contraceptiva oral.

Introdução

A sociedade brasileira na década de 1960 vivenciou um cenário de instabilidades políticas e econômicas, além de mudanças nos padrões sociais e culturais. Ao final da década de 1950 o país conheceu um período desenvolvimentista como nunca antes vivido. Na política, as participações populares frente às decisões governamentais foram constantes. E também, nesse período, as produções culturais se desenvolveram de forma efervescente. Na sociedade, até então majoritariamente conservadora e cercada de costumes tradicionalistas, observamos mudanças nos padrões com a novas noções de modernidade.

Já nos anos de 1960, em uma conjuntura de crises econômicas herdadas do período desenvolvimentista brasileiro, somadas ao crescimento dos direitos civis e políticos das camadas sociais mais baixas e às questões do cenário internacional com a expansão do comunismo, ocorreu um despertar de receios e insatisfações das parcelas conservadoras e elitistas da sociedade. Com isso, firmou-se uma união entre grupos civis conservadores e setores militares pela instauração da Ditadura militar no Brasil em 1964. Essa fase foi marcada pela suspensão do sistema democrático, pelo autoritarismo governamental, pela repressão às manifestações sociais contrárias ao regime e pela censura cultural.

A partir da segunda metade do século XX, uma das grandes preocupações de diversos países do globo era com relação ao crescimento populacional desordenado e um possível cenário de insuficiência dos insumos. Diante disso, houve incentivos para a invenção de um método de controle populacional e, no início da década de 60, foi aprovada a primeira medicação com fins contraceptivos para comercialização. Entretanto, em alguns países, como foi o caso brasileiro, o método foi recebido em meio a controvérsias e inseguranças. (PEDRO, 2003, p.241)

Nesse contexto, a mulher adquiria cada vez mais espaço, proporcionado pelas conquistas de direitos civis e políticos ao longo do século XX, bem como direitos sociais tais como o ingresso no mercado de trabalho, a legislação trabalhista específica, acesso a escolas e universidades. Nesse ciclo, os padrões empregados ao sexo feminino começaram a se transformar e as visões acerca do papel social tradicional da mulher, que

incluíam a exclusividade e dedicação ao lar, ao marido e aos filhos, passaram por mudanças. (PINSKY, 2004, p.509)

O objetivo desse trabalho é estudar as delimitações dos papéis sociais femininos na sociedade brasileira da década de 1960, que tinha um perfil conservador, explorando as condições da mulher no âmbito civil, político e social, além das inserções no mercado de trabalho e como tal fato contribuiu para a desconstrução dos padrões que lhes eram empregados. Somado a isso, o ponto central desse estudo é a análise do início das vendas da pílula contraceptiva oral em 1962 no mercado brasileiro e as possíveis transformações que o método pode ter acarretado para vivência feminina.

O primeiro capítulo tratará da sociedade brasileira de forma geral entre o final da década de 1950 e a primeira metade dos anos 1960 em aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Esse percurso se faz necessário para compreensão de como era a configuração do Brasil na década em que o anticoncepcional começou a se difundir. No âmbito político, descreveremos a respeito da República brasileira, sobre as instabilidades governamentais, com foco em João Goulart e os fatores que levaram a instauração da Ditadura civil-militar brasileira em 1964. Em sequência, retrataremos os primeiros anos do regime militar.

Na parte econômica, debateremos as ideias desenvolvimentistas e as consequências desta fase; assim como a internacionalização da economia e o aumento da dívida externa. Posteriormente, o Plano Trienal e as reformas de base do governo de João Goulart e o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado durante o regime militar.

A respeito da conjuntura social, abordaremos os perfis que faziam parte da sociedade brasileira na década de 1960. Na parte cultural, serão exploradas as questões relacionadas às influências internacionais, ao modernismo industrial e às mudanças vivenciadas nas produções artísticas, poéticas e musicais.

No segundo capítulo, trataremos sobre experiências relacionadas as condições femininas na sociedade na década de 60, discutindo os percursos dos direitos civis, políticos e sociais das mulheres, como o movimento feminista lutou em prol de tais

conquistas e quais foram as alterações constitucionais ao longo do século XX. Depois, abordaremos a noção de moral burguesa e o tradicionalismo social, além das diferenças entre o papel masculino e o feminino no núcleo familiar. Será explanado a respeito do papel de mãe e esposa e da exclusividade feminina ao lar.

Em sequência, apontaremos as distinções entre a mulher burguesa e a mulher proletária, a entrada dos setores médios femininos nos ofícios profissionais e as diferenças dos objetivos trabalhistas. Também trataremos da questão do desagrado dos conservadores perante ao aumento do número de inserções femininas no mercado de trabalho e as preocupações que tal fato pudesse modificar os padrões de exclusividade feminina ao lar. Ao final, estudaremos o aumento do nível de escolaridade e as novas possibilidades de ingresso nas universidades.

No terceiro capítulo, dissertaremos sobre o desenvolvimento e a chegada do anticoncepcional no Brasil, mostrando as controvérsias com relação a sua aprovação: como funcionou a sua difusão no mercado consumidor e como foi a sua aceitabilidade e acessibilidade. Subsequentemente, avaliaremos a sua aprovação em núcleos fundamentais da sociedade, junto aos setores médicos, à Igreja – à qual fazia parte do cotidiano social e tinha influência no norteamiento de decisões dos seus seguidores – e às mulheres. Estudaremos as possíveis mudanças nos padrões de sexualidade feminina com a chegada do medicamento e qual a influência da pílula contraceptiva no cotidiano da mulher.

Neste capítulo, usamos o recurso da análise de fontes documentais. As fontes foram extraídas a partir de acervos dos jornais **O Globo** e **Folha de São Paulo**, ambos com a filtragem de anos – 1962-1966 – e com a palavra-chave “anticoncepcional”. Além de fragmentos da revista **Claudia** dos anos de 1962 e 1964. Esse artifício tem por objetivo realizar observações do período em questão e as repercussões geradas nos primeiros anos da inserção da pílula contraceptiva oral no Brasil.

Capítulo 1 – O contexto brasileiro dos anos de 1950 e 1960.

Nos anos de 1950 e no início da década de 1960, o Brasil se encontrava na fase política da Terceira República (1945-1964). O início dessa experiência democrática da história brasileira foi marcado pela promulgação da Constituição de 1946. A quarta constituição republicana garantiu direitos civis; manteve a legislação trabalhista e previdenciária, promulgada na Era Vargas; e afiançou a conquista da constituição de 1934 do voto para mulheres e homens maiores de dezoito anos. Apesar de caracterizar-se como uma constituição liberal e democrática, conservou aspectos conservadores como a exclusão do voto dos analfabetos, uma vez que grande parte da população adulta era analfabeta. A participação dos trabalhadores ganhou destaque no cenário político e o direito de se manifestar por meio dos sindicatos e dos partidos políticos tornou-se frequente e abrangente. (SOARES, 2001, p.313)

Os últimos anos da Terceira República foram fomentados por conflitos políticos, econômicos e culturais aos quais culminaram na instauração da Ditadura militar em 1964.

1.1 Os aspectos do sistema político democrático e a sua interrupção em 1964.

Durante o final da década de 1950, sob o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), vinculado à chapa PSD/PTB¹, houve uma expansão do desenvolvimento econômico e da indústria nacional, balizado pelo Plano de Metas que estimulou investimentos em 5 setores². Entretanto, apesar do crescente desenvolvimento, ao final do seu governo, ocorreu um aumento dos níveis de inflação, que ocasionaram instabilidades econômicas e políticas nas gestões dos seus sucessores.

Ao tomar posse na presidência da República, em janeiro de 1961, Jânio Quadros encontrou a economia desestruturada, com altos índices inflacionários e uma grande

¹ Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos criados em 1945.

² O Programa de Metas possuía 31 objetivos e abrangia 5 setores: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. A construção de Brasília era a meta-síntese. Ver 50 anos em 5: o Plano de Metas. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanoDeMetas> Acesso em 24 de março de 2021.

dívida externa. Por isso, adotou como diretrizes governamentais a política de estabilização monetária. O sucessor de JK era filiado ao Partido Trabalhista Nacional (PTN)³ e obteve o apoio da UDN⁴ para se eleger. Com dificuldades para manter a governabilidade, renunciou sete meses após o início da gestão e seu substituto natural era o vice-presidente João Goulart. Goulart era membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e herdeiro político de Getúlio Vargas.

João Goulart assumiu o governo em setembro de 1961 e foi o último presidente do sistema democrático antes da instauração do regime militar em 1964. Era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e dispunha de uma postura política amistosa com relação aos movimentos sindicais e as esquerdas ideológicas. Durante o seu governo, a participação desses segmentos na política foi ativa, o que gerou desagrado dentro dos setores conservadores e das elites políticas civis da sociedade brasileira. Como é apontado por Ferreira (2019, p.391), João Goulart toma posse da presidência em um cenário de crises militares, descontroles econômicos e instabilidades políticas.

O governo de João Goulart tinha posicionamento reformista, alinhado parcialmente aos interesses das esquerdas políticas. No início do seu mandato buscou conciliar uma política de centro, para que tivesse maioria no Congresso Nacional e seus projetos fossem aprovados.

Entretanto, com as crises enfrentadas ao longo do seu governo, acabou perdendo as alianças partidárias que possuía com parcelas do PTB e do PSD, além das relações de confronto com a UDN terem se acentuado. Nesse cenário, o clima das relações entre os grupos de direita e esquerda se tornam de tensão e embate. Com isso, em busca de apoio governamental, houve maior aproximação de Goulart pelos grupos de esquerda, o que foi tomado pela oposição como um passo para a adoção do comunismo. (FERREIRA, 2019, p.420)

As atitudes políticas de João Goulart, somadas ao seu alinhamento com partidos políticos de esquerda, despertavam receios dos grupos de direita e das parcelas conservadores. Havia suspeitas de que Goulart tivesse filiações com o regime comunista,

³ Partido Trabalhista Nacional, fundado em 1945.

⁴ União Democrática Nacional, fundada em 1945.

tanto por seus posicionamentos governamentais, quanto pelas relações internacionais que mantinha com blocos socialistas. As escolhas do presidente e a possibilidade de instauração do comunismo no Brasil, levantaram ao apoio suficiente para que houvesse uma articulação entre esses setores civis conservadores e grupos militares para que o sistema democrático fosse interrompido e a Ditadura militar em 1964 fosse instaurada.

O golpe de Estado de 1964 representará, a meu ver, um episódio de luta de classes, com o qual o empresariado, sobretudo seu setor estrangeiro, tratou de conter e reprimir a ascensão dos trabalhadores, cujos interesses, pela primeira vez na história do Brasil, condicionavam diretamente as decisões da presidência de república, devido às vinculações de João Goulart com os sindicatos (BANDEIRA, 2001, p. 21 e 22).

Segundo Evaldo Vieira (2000, p.192), em 1964 foi instaurado o Comando Supremo da Revolução, composto pelo general Arthur da Costa e Silva, tenente brigadeiro Francisco de Assis, e pelo vice-almirante Augusto Hamann Rademaker. Os três oficiais passaram a exercer de fato o controle do país provisoriamente. Em abril do mesmo ano foi editado o Ato Institucional nº. 1 (AI-1), que concedeu prerrogativas ao Executivo para desarticular a oposição, com a cassação e suspensão de direitos políticos, e tornou as eleições presidenciais indiretas. Entre 1964 e 1969 entraram em vigor 17 atos institucionais, restringindo direitos civis e políticos e delegando instrumentos de centralização à administração.

Castelo Branco (1964-1967) foi o primeiro presidente da República, escolhido pelo Congresso Nacional, a partir das relações de poder instauradas em 1964. Durante seu governo, os direitos trabalhistas sofreram alterações: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi instituído e a Lei de Greve (Lei nº. 4.330, de junho de 1964), que basicamente tornava ilegal o direito de greve, entrou no ordenamento jurídico brasileiro.

O novo sistema ditatorial, promoveu ações para a estagnação da efervescência política que os sistemas partidários provocaram nos anos anteriores. O Ato Institucional nº 2 (AI-2), implantado em 1965, extinguiu os partidos políticos existentes⁵.

Nos primeiros anos após a instauração da Ditadura militar, grupos políticos opositores ao governo agiram na ilegalidade. A UNE limitou-se a realizar congressos clandestinos. Outra oposição foi a Frente Ampla, movimento político lançado oficialmente em 28 de outubro de 1966. Composta por lideranças do período como Carlos Lacerda e João Goulart, levantava eixos como a volta à democracia, eleições diretas, reforma partidária e institucional, desenvolvimento econômico e soberania Nacional. (D'ARAUJO; JOFFILY, 2019, p.37)

1.2 As Concepções da fase desenvolvimentista e as instabilidades econômicas da década de 1960.

A economia brasileira durante a década de 1960 enfrentou crises. As heranças do período desenvolvimentista, ocorrido ao final da década de 1950, ocasionaram altas taxas inflacionárias e o crescimento da dívida externa, comprometendo a situação econômica do país. Como é comentado por Jacob Gorender (1987, p.41), as mudanças econômicas brasileiras, iniciadas na década de 1950, foram fatores coadjuvantes nas instabilidades da década de 1960.

O governo de Juscelino Kubitschek comprometeu-se com o projeto político-econômico do Plano de Metas, voltado ao desenvolvimento industrial e em investimentos nos setores de infraestrutura, o que resultaria em uma aceleração no crescimento econômico do país. Nesse período, houve um desenvolvimento das indústrias de base, da produção de energia, expansão das estruturas rodoviárias, das produções de alimentos e bebidas, dos setores químicos e farmacêuticos. Juscelino Kubitschek também deu

⁵ Ato Institucional nº 2, Art. 18 - Foram extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm Acesso em: 06/05/2021.

abertura para entrada de multinacionais e recebeu investimentos de capital estrangeiro. (CEDRO, 2019, p.205-207)

O plano desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, apresentou resultados nos índices de aceleração econômica. O Produto Interno Bruto (PIB) alcançou a média anual de 8,1%, entre os anos 1956 e 1960. Entretanto, deixou heranças negativas, elencadas como baixas produtividades do setor agrícola, desigualdades sociais, insuficiência de financiamentos, déficit na balança de pagamentos, negatividade nas contas públicas, dívidas externas e o aumento inflacionário. Esse quadro econômico trouxe dificuldades políticas para as gestões sucessoras de Jânio Quadros e João Goulart. (LOUREIRO, 2017, p.53)

Jânio Quadros adotou uma política de estabilização da economia. O engajamento de Jânio alcançou êxito na renegociação internacional da dívida externa brasileira e obtenção de novos créditos. Entre os anos 1961 e 1964 a economia brasileira continuou a sofrer crises. A produção industrial apresentou taxa negativa de crescimento, o que divergia do grande desenvolvimento visto no governo de Juscelino Kubitschek. A inflação seguia uma trajetória ascendente.

Goulart herdou uma preocupante crise econômica. Uma das principais metas do seu governo foi a implantação das reformas de base. Essas reformas tratavam-se de um conjunto de medidas que visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Já no início do seu governo, assumiu o compromisso em instaurar essas reformas e controlar os índices inflacionários. (FERREIRA, 2019, p.394)

As estratégias econômicas adotadas por João Goulart foram de dar continuidade à Política Externa Independente, iniciada por Jânio Quadros; execução das suas propostas reformistas, com a aplicação do Plano Trienal e das reformas de base; e a ampliação dos mercados para exportação, através de relações diplomáticas com os países do bloco socialista.

O Plano Trienal consistia em combater a inflação e posteriormente em realizar a implementação das reformas em diversos setores: agrário, eleitoral, universitário,

bancário, mudanças legislativas sobre o capital estrangeiro, urbano e tributário. Com essas estratégias, ocorreria um novo ciclo de crescimento econômico. Entretanto, as metas de Goulart não foram totalmente desenvolvidas, devido à interrupção que seu governo sofreu com o Golpe civil-militar de 1964.

No contexto de instabilidades econômicas enfrentadas pelo Brasil no início da década de 1960, duas vertentes econômicas estudavam e buscavam soluções para a situação. O primeiro grupo, denominado por estruturalistas, consideravam que as características herdadas da inserção brasileira na economia internacional, baseada na exportação de produtos primários tropicais e a concentração de renda apenas na estrutura latifundiária, ocasionaram a origem do declínio do desenvolvimento brasileiro. Estes acreditavam que as economias de países subdesenvolvidos, tipo periférico⁶, apresentavam características distintas dos países centrais, o que demandava políticas econômicas específicas. (PRADO; EARP, 2019, p.241)

A partir da instauração do golpe civil-militar de 1964, o primeiro governo militar apesar de contrariar essa vertente no sentido estabelecer a mínima intervenção governamental, deu razão aos liberais no sentido de defender as reformas conservadoras e um plano de estabilização econômica. Castelo Branco nomeou-os para a gestão da política econômica e editou o Plano de Ação Econômica do governo (PAEG)⁷. O objetivo era acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico e conter a inflação para um equilíbrio de preços de mercado. Para resolver o déficit público seriam necessárias reformas no sistema tributário e na política salarial.

No início da década de 1960 foram adotadas algumas estratégias econômicas pelo governo militar. Ocorreram reformas no sistema financeiro, como a criação do Banco Central, que passou a ser o órgão responsável pela execução e fiscalização financeira.

⁶ Países periféricos seriam aqueles países não-desenvolvidos, de grande população e de grande território contínuo, não-inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica.

⁷ Os liberais Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos ocuparam os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Econômica, respectivamente. Verboete Humberto de Alencar Castelo Branco. Ver dicionário histórico biográfico pós-1930. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verboete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco> Acesso em: 29/ 04/2021.

Desenvolveram-se condições para tornar o investimento de capital estrangeiro favorável, melhorando as condições de taxas.

Outro mecanismo foi o reajuste salarial, para conter as inflações deste setor e a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS – Lei 5.172/66), que criava uma poupança privada com a porcentagem da remuneração paga pelo empregador e empregado ao fundo. Esse capital era administrado pelo Estado até que ocorresse a dispensa sem justa causa ou aposentadoria por tempo de contribuição do funcionário. No âmbito trabalhista houve também a intervenção nos sindicatos para contenção dos movimentos grevistas. (PRADO; EARP, 2019, p.246)

1.3 O retrato da sociedade brasileira na conjuntura da década de 1960.

O perfil da sociedade brasileira na década de 1960, era composto pelos partidos políticos, pelos trabalhadores urbanos e rurais, pelos setores militares, pela sociedade civil e também pela Igreja Católica e a imprensa jornalística – às quais fazia parte do cotidiano da sociedade.

Dentre os grupos políticos, encontravam-se os que tinham alinhamento ideológico com as esquerdas, à qual buscava melhorias das condições trabalhistas e ampliação dos direitos civis populares. As esquerdas tinham uma visão reformista e progressista sobre maiores igualdades sociais. E também os grupos de direita, os quais tinham perfil conservador e desaprovavam o crescimento dos diversos segmentos sociais nas questões políticas. (DELGADO, 2019, p.140)

Os trabalhadores lutavam ativamente por seus direitos e melhorias das condições trabalhistas, e durante o início da década de 1960, foram protagonistas na política brasileira. Os setores trabalhistas urbanos se organizavam em sindicatos e arquitetaram manifestações e greves, reivindicando ao governo ações em prol de suas demandas. As suas solicitações tinham visibilidade, visto que João Goulart era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Os trabalhadores rurais, pela representação das Ligas Camponesas, apoiavam Goulart, pois este tinha o compromisso de realizar a reforma agrária e de implementar a inserção dos trabalhadores rurais na legislação trabalhista e previdenciária. Durante a Ditadura militar, o quadro de participação política ativa desses grupos trabalhistas urbanos e rurais passou a ser contido.

Os grupos militares tinham alinhamento com o conservadorismo. Divergiam das políticas progressistas de João Goulart e temiam pela instauração de um regime comunista no Brasil. Em 1964, uniram-se às parcelas sociais tradicionais que tinham os mesmos receios e instauraram um sistema militar, que governou o Brasil por duas décadas.

As mudanças iniciadas no período desenvolvimentista da década de 1950, com as modernizações nos padrões culturais e idealizações de rupturas nos modelos sociais, de imediato não se sobrepuseram aos posicionamentos majoritariamente conservadores e tradicionalistas da sociedade brasileira. Baseados em um legado de preceitos morais, pregados pela Igreja católica e por ideais elitistas de diferenças sociais. O crescimento desses novos modos e posicionamentos, na década de 60, representaram um início de alternâncias nesse caráter predominantemente conservador.

A Igreja Católica possuía forte tradição na sociedade. Com a sua trajetória de longa data, participava ativamente tanto do cotidiano social quanto do campo político. Exercia influência no pensamento político, ideológico e social brasileiro. Estes também eram contrários a uma possível instauração de comunismo no Brasil, pois acreditavam que o regime atentava contra à liberdade de religião e aos valores tradicionais (GONÇALVES, 2004, p.49) Entretanto, havia parcelas pertencentes ao núcleo católico que tinham posicionamentos menos tradicionais e progressistas.

A imprensa brasileira desempenhou um papel importante perante a sociedade durante a década de 1960. Possuía a função de fiscalizar, investigar e informar a situação política e econômica do país para a população. Com isso, fez parte da história social desse período, como veículo de comunicação de massas. Um dos principais canais informativos era o rádio, tido nesse período como elemento participante dos hábitos da comunidade brasileira. Com um alto índice de analfabetismo, a leitura dos jornais físicos era inviável para boa parte da população. (CALABRE, 2004, p.9)

No início dos anos de 1960, a imprensa tinha liberdade de expressão para noticiar acontecimentos pertinentes, fossem eles favoráveis ou contrários ao governo, fato que mudou a partir da ditadura em 1964, visto que os meios de comunicação passaram a sofrer censura.

1.4 A resposta cultural mediante à modernização brasileira e o regime ditatorial de 1964.

Na fase desenvolvimentista e modernista ocorrida na gestão de Juscelino Kubitschek, houve uma internacionalização do capital brasileiro e com isso abertura para influências estrangeiras. Essa difusão cultural, com origens majoritárias norte-americanas, trouxe novas perspectivas de moda, gastronomia, padrões comportamentais que se projetaram no cotidiano nacional, em especial na população jovem. (CEDRO, 2019, p.207)

Nesse período, também ocorreu a expansão da cultura de mercado. Com a industrialização, bens de consumo duráveis da nova fase modernista como máquinas de lavar, automóveis, geladeiras e televisores ganharam cada vez mais espaço no cotidiano dos setores médios urbanos.

Em tal momento de novas modernizações econômicas e culturais, ocorreram mudanças nas estéticas arquitetônicas, nas composições poéticas e musicais e nas formas artísticas. As produções tinham impacto na sociedade, fossem em forma de entretenimento ou de protesto. Em um novo cenário, a cultura evocou novas bandeiras, que buscavam retratar a identidade nacional, apontando questões sociais e as dificuldades da realidade brasileira.

Nas culturas de rua, havia na capital paulista o Teatro de Arena, espaço de exposições artísticas que despertava grande público. Dentre os seus componentes, eram encontrados participantes engajados em temas políticos e nacionalistas, intelectuais e estudantes. Atraía artistas de vários campos: do cinema, das artes plásticas e da música.

Após o regime de 1964, o Arena se transformou em um espaço de resistência cultural no Brasil. (RIDENTI, 2019, p.123)

As produções artísticas teatrais e as artes de composição poética e musical exaltavam características de denúncia contra as condições adversas da vida nas cidades e no campo. Questões relativas à reforma agrária, à desigualdade social e à restrição da participação política eram trabalhadas. Na fase ditatorial, as produções culturais continham características de denúncia e resistência contra o autoritarismo governamental.

Durante a Ditadura militar, as representações artísticas serviam como ferramentas de oposição. Os artistas organizavam espetáculos, faziam produções poéticas e musicais com caráter contrário ao regime. A cultura opositora ao autoritarismo adotou características de protesto. Entretanto, nesse período, percebendo-se o poder representativo e opositor da cultura frente ao regime militar, as expressões artísticas passaram a ser controladas e censuradas.

Capítulo 2 – A condição feminina no Brasil na década de 1960

A conquista dos direitos civis, políticos e sociais que incluíram a participação feminina para o alcance da plenitude de uma democracia teve um longo percurso durante o século XX. O feminismo foi um dos principais movimentos em prol das demandas e lutas para a conquista desses direitos e da igualdade das mulheres.

2.1 Os direitos civis, políticos e sociais das mulheres.

Dentre alguns marcos civis, políticos e sociais ao longo do século XX que influenciaram a condição feminina na década 1960 no Brasil, podemos citar:

- O Código Civil de 1916 e o Estatuto da Mulher Casada de 1962, este último modificou cláusulas específicas que dificultavam o acesso das mulheres aos direitos civis.
- O feminismo e o movimento sufragista, a favor do voto feminino, nas três primeiras décadas do século XX.
- As constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967.
- As leis trabalhistas, que tinham cláusulas específicas destinadas as condições de trabalho feminino.
- A consolidação das diferenças de gênero nos direitos garantidos pela Previdência Social, que exerceu papel fundamental de proteção para todos os trabalhadores.
- As mudanças na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e o ensino superior.
- As lutas sindicalistas, encabeçadas por grupos femininos, em prol de melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas.

Após embates políticos e jurídicos desde o Segundo Reinado, o primeiro Código Civil brasileiro⁸ entrou em vigor em 1º de janeiro de 1916, tendo como base a propriedade, a família e o contrato. Mesmo do ponto de vista formal, houve a garantia dos

⁸ BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm Acesso em: 29/04/2021.

direitos civis para todas e todos no Brasil. Entretanto, o Código manteve bases patriarcais e as mulheres continuaram a ser discriminadas e subjugadas. As mulheres casadas deveriam ter seus direitos representados pelos maridos, sendo definidas juridicamente como incapazes (Artigo 6º, inciso II do Capítulo I – Livro I, Título I)⁹, necessitando de autorização expressa do cônjuge para desempenhar funções de trabalho fora do ambiente doméstico (Art. nº. 233, inciso IV)¹⁰.

O feminismo do início do século XX pertenceu à primeira onda¹¹ e concentrou seus esforços na conquista dos direitos políticos e civis para as mulheres. Bertha Lutz foi uma das grandes representantes do feminismo brasileiro no período, coordenou atos e fundou grupos em prol das reivindicações feministas. Uma das suas ações, foi a adesão ao movimento internacional sufragista¹² em defesa do direito da mulher ao voto. (KARAWCZYK, 2018, p.4) Entre as décadas de 1920 e 1960, lutas engajadas por Bertha e o movimento feminista resultaram em conquistas civis, políticas e sociais.

A proposta de código eleitoral que previa o voto feminino foi instaurada no governo de Getúlio Vargas, em 1932. O Decreto nº 21.076 teve por objetivo regulamentar o processo eleitoral brasileiro. Ampliou os direitos políticos e concedeu o direito de voto para todos os cidadãos maiores de vinte e um anos, sem discriminação de sexo (Art. 2º)¹³. Enquanto obrigatório aos homens, o voto era facultativo às mulheres. (Art. 121)

⁹ Art. 6º. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, I), ou à maneira de os exercer:

II – As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm Acesso em: 29/04/2021.

¹⁰ Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe:

IV – O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal. (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm Acesso em: 29/04/2021.

¹¹ A Primeira Onda Feminista estava preocupada com a instauração da igualdade de direitos entre homens e mulheres e o exercício dos direitos políticos.

¹² Primeiro movimento feminista politicamente organizado e que tem suas raízes na luta iniciada no século XIX pelas abolicionistas. O sufragismo registra um percurso que pleiteia o direito do voto feminino.

¹³ BRASIL. Código Eleitoral. Decreto nº. 21.076, de 24/02/1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreto%20o%C3%B3digo%20Eleitoral.&text=1%C2%BA%20Este%20Codigo%20regula%20em,elei%C3%A7%C3%B5es%20federais%2C%20estaduais%20e%20municipais>. Acesso em: 29/04/2021.

As constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967 foram fundamentais para a garantia dos direitos femininos. Possuíam cláusulas que proporcionaram às mulheres igualdade cívica perante a lei, dentre as quais eram expressas pelos seguintes artigos:

- Constituição de 1934 (art. 113, § 1º): Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou do país, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas.¹⁴
- Constituição de 1937 (art. 122, § 1º): Todos são iguais perante a lei.¹⁵
- Constituição de 1946 (art. 141, § 1º): Todos são iguais perante a lei.¹⁶
- Constituição de 1967 (art. 153): Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei.¹⁷

Em 1943, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas, entrou em vigor o Decreto nº 5.452, de 1 de maio de 1943, ao qual unificou a legislação trabalhista brasileira e aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este documento contava com um capítulo destinado exclusivamente ao trabalho feminino, com itens dispostos em condições de trabalho, carga de duração, períodos de descanso, a proteção maternidade, o veto da discriminação contra a mulher, dentre outros diversos pontos. Tais normas, buscavam a proteção feminina, zelando por sua saúde.¹⁸

Na década de 1960 uma conquista jurídica importante foi a Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, nomeada Estatuto da Mulher Casada. Essa lei findou a cláusula do Código Civil de 1916 que alocava as mulheres casadas como incapazes perante a lei e extinguiu

¹⁴ BRASIL. Constituição de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm Acesso em: 29/04/2021.

¹⁵ BRASIL. Constituição de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em: 29/04/2021.

¹⁶ BRASIL. Constituição de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em: 29/04/2021.

¹⁷ BRASIL. Constituição de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em: 29/04/2021.

¹⁸ BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho, de 01/05/1943. No Título III, Das condições especiais de tutela do trabalho, o Capítulo III, Da proteção do trabalho da mulher, da CLT, do artigo nº. 372 até o de número 401, colocou em vigor as normas para o trabalho feminino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 29/04/2021.

o direito masculino de autorizar o trabalho feminino. A Lei do Estatuto da Mulher Casada, pode ser analisada como uma modernização do sistema conservador que vigorava no Brasil.¹⁹

Em 1960, a Lei nº 3.807²⁰, de 26 de agosto de 1960, conhecida por Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), apresentou diferenças nos benefícios trabalhistas entre os sexos. No caso da aposentadoria por tempo de contribuição, com 30 anos de trabalho, as mulheres poderiam receber o benefício de forma integral, enquanto que os homens deveriam contribuir 35 anos para tal (Art. 32).

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB)²¹ trouxe para as mulheres um avanço no quesito educacional. Com essa mudança institucional foi garantida a equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério concorressem nos vestibulares. (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

O capitalismo trouxe consigo um aumento das inserções femininas no mercado de trabalho. Com a entrada das mulheres no meio produtivo, houve um desenvolvimento dos movimentos sindicais femininos, que batalhavam em prol da conquista e da igualdade dos direitos trabalhistas entre homens e mulheres.

2.2 O papel social da mulher segundo a moral conservadora.

Entre os anos de 1950 e a década de 1960, a sociedade brasileira passou por transformações nos padrões de costumes e ideias, que até então eram tidos como modelos sociais. As mulheres conquistaram mais visibilidade social, proporcionado pelos avanços

¹⁹ BRASIL. Lei nº. 4.121, de 27/08/1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19501969/14121.htm Acesso em: 29/04/2021.

²⁰ BRASIL. Lei nº 3.807/60, de 26/08/1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13807.htm Acesso em: 29/04/2021.

²¹ BRASIL. Lei nº 4.024/61, de 20/12/1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm Acesso em: 29/04/2021.

que obtiveram nos âmbitos políticos e civis e também pelo momento pelo qual o Brasil passava de modernização.

Na década de 1960, a distinção entre o sexo feminino e masculino ainda era nítida em diversos setores da sociedade. O homem era visto como o chefe da família, o provedor, e mesmo que o trabalho feminino fosse cada vez mais comum, ainda era visto como subsidiário. A visão conservadora que predominava na sociedade, colocava como desejável que a mulher se casasse, tivesse filhos e se dedicasse integralmente à família.

A mulher ideal das décadas de 1950 e 1960, como aponta Carla Bassanezi Pinsky (2004, p. 609), perante a visão social desse período, era definida a partir das funções femininas tidas como tradicionais, que iam das obrigações domésticas, do cuidado com o marido e os filhos e de características tidas como padrões a serem seguidos, de dedicação e honra. Aos papéis femininos e masculinos eram atribuídos valores desiguais. A Igreja tinha peso decisivo nos norteamentos comportamentais da sociedade e mantinha seu posicionamento quanto à submissão da esposa ao marido, guiada por uma moral tradicionalista, cristã e familiar, com valores patriarcais.

Com as mudanças sociais e culturais ocorridas nesse período, muitas tradições e costumes femininos foram se modificando. Entretanto, o matrimônio ainda era tido como uma convicção para o destino da mulher. A criação feminina girava ao redor deste objetivo. Durante a fase desenvolvimentista, a cultura brasileira recebeu novas influências as quais eram vistas como um risco que poderia afetar negativamente o comportamento feminino. A sociedade tradicionalista e as famílias conservadoras preocupavam-se com a possibilidade que as modernidades comprometessem os costumes. (MITTANCK, 2017, p. 1-2).

Alguns segmentos da sociedade demoraram mais para aceitar as mudanças proporcionadas pela evolução do tempo, principalmente aqueles mais tradicionais, que defendiam a continuidade dos costumes e tradições.

Um dos principais temores dessa década era a possibilidade das moças de não conseguirem um bom casamento, afinal, foram educadas e preparadas desde sua mais tenra infância para desempenhar o importante e reconhecido papel de esposa e mãe. (MITTANCK, 2017, p. 1)

Essa visão tradicionalista que delimitava o papel feminino, o arranjo familiar e a estrutura social, era respaldada por pensamentos religiosos pregados pela Igreja Católica, a qual pertencia ao cotidiano social por longa data. As parcelas tradicionais da Igreja Católica – que eram maioria frente aos grupos de católicos progressistas – defendiam que as tradições religiosas e das formas sociais deveriam permanecer. Eram contrários às mudanças que o contemporâneo poderia desencadear (ZANOTTO; CALDEIRA, 1997, p.3). E também pela moral burguesa, que defendia uma valorização da maternidade e da família, através de um ambiente familiar estruturado, filhos educados e da esposa dedicada ao marido (D'INCAO, 2013, p. 187).

O papel da mulher na sociedade alterou-se significativamente pela influência dos movimentos feministas e pelas mudanças econômicas as quais o Brasil passava. Com a industrialização e a alta demanda por mão de obra, a mulher se inseriu gradativamente no mercado de trabalho. Isso gerou uma visão negativa nos setores conservadores, que acreditavam que a estrutura familiar poderia ser comprometida, pelo fato da mulher se desviar da sua atividade tida como padrão.

Nesse contexto de empregabilidade feminina, o magistério era uma das poucas profissões bem vistas pelos conservadores. Esse ofício só recebia certo apoio, pelo fato de que se tratava de um campo trabalhista tido como de domínio feminino, pelas características da mulher de cuidadora e educadora. Essa profissão também era adequada por ser desempenhada em meio período, assim não comprometendo as obrigações femininas com seu lar. (BORELLI, MATOS, 2013, p.68)

Desde 1943, a legislação brasileira permitiu à mulher casada o direito de trabalhar fora sem a necessidade da autorização do marido. Entretanto, isso era submetido à condição de que os ganhos do companheiro fossem insuficientes (HINTZ, 2001, p.10). Entretanto, as mulheres de setores econômicos mais baixos, antes disso, já vivenciavam o trabalho fora do lar, pois precisavam auxiliar financeiramente no sustento familiar, que por parte do cônjuge era insuficiente.

A partir de 1962, foi conquistado o direito à inserção no mercado de trabalho sem restrições jurídicas atreladas ao cônjuge. Nesse momento, o trabalho profissional por

mulheres dos segmentos médios começou a eclodir, elas passaram a ser contribuintes no complemento financeiro do seu núcleo doméstico. Nota-se uma diferença entre as necessidades de ingresso no mercado de trabalho entre mulheres de setores sociais distintos. Enquanto que, para mulheres com condições econômicas mais escassas o trabalho era uma necessidade de sobrevivência, para as dos segmentos médios era um meio de melhoria das condições de vida e uma forma de libertação das amarras que o tradicionalismo social impunha.

A moral conservadora acerca do trabalho feminino fora do lar no século XX, se aplicava majoritariamente às mulheres dos setores sociais médios e altos, visto que as dos segmentos mais baixos da sociedade trabalhavam desde antes desse período considerado moderno. Em todas as épocas, tiveram à necessidade de contribuir para a subsistência da sua família.

Existiram no século XX movimentos com focos distintos pelas lutas femininas. Um deles era centrado na mulher proletária, buscando resolver questões de desigualdade de direitos trabalhistas e de exploração da mão de obra. Outro defendia os segmentos médios e tinha por objetivo a luta pela emancipação feminina e a conquista de direitos civis e políticos. Apesar de divergirem nos objetivos e em seus grupos, esses dois movimentos apontavam para uma discussão sobre os papéis sociais atribuídos à homens e mulheres. (MÉNDEZ, 2015, p.5)

2.3 Os novos espaços da mulher: do mercado de trabalho às universidades.

O trabalho feminino nos setores médios urbanos e nas elites econômicas cresceu no século XX com a urbanização e o capitalismo. A alta demanda produtiva trouxe a necessidade de um aumento na mão de obra. Nesse contexto de desenvolvimento econômico, o Brasil passava por uma fase modernista e com isso ocorreu um despertar feminino por mudanças no seu até então papel social destinado majoritariamente ao lar.

Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2017, p. 211), o processo de urbanização do país e as mudanças na economia acarretaram modificações no contexto

social, familiar e nos costumes da sociedade. Fatores econômicos, como a ampliação das cidades e consequentemente do mercado de trabalho, levaram ao ingresso feminino no mercado de trabalho. O trabalho proporcionou à mulher independência econômica.

Com a maior oferta de vagas, as mulheres ingressavam cada vez mais no mercado de trabalho, abrindo novos parâmetros e modificando o que era visto até então como a sua principal função: administrar o lar e o cuidado para com os filhos e o marido.

O tratamento dado ao trabalho fora de casa passou a ser para a mulher o sinal concreto de sua emancipação. Desse modo, a mulher tomou parte de uma luta que a conferia igualdade, dignidade e liberdade, procurando reduzir ao mínimo o seu papel doméstico – privado, e se tornou, portanto, uma engrenagem no processo produtivo, exatamente como o homem. (NADER, 2016, p. 1).

Na década de 1960, a empregabilidade feminina cresceu de forma constante. Além das necessidades de mercado, as questões financeiras e de mantimento familiar contribuíram para tal. Outro elemento, foi o crescimento das ideologias dos movimentos feministas, por mudanças para as condições econômicas e sociais femininas, tornando-se um desejo a construção de uma carreira profissional e a independência financeira.

A integração feminina no mercado de trabalho, mesmo que proporcionalmente pequena se comparada à masculina nas décadas de 1950 e 1960, marcou o início de uma ruptura com o tradicionalismo social acerca dos papéis femininos. O trabalho profissional permitiu às mulheres novas possibilidades além da exclusividade ao meio doméstico e de independência econômica.

Nos anos de 1950 e 1960, ocorreu uma expansão educacional no Brasil, que propiciou um aumento do acesso escolar. As mulheres foram um dos grupos contemplados nesse avanço. No começo da década de 1940, 10,65% da população feminina do estado de São Paulo havia concluído o ensino elementar, subindo este percentual para 30,97% no início dos anos 1960, registrando um aumento de 191%. O ensino médio, que em 1940 contava baixos índices de inserção feminina, duas décadas

depois contava com um cenário em que praticamente metade dos estudantes eram do gênero feminino. (SILVA, 2012, p. 69)

A partir da década de 1960, ocorreram aumentos nos índices de inserção feminina no ensino superior pelas mudanças ocorridas através da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 4.024/61). Com isso, as mulheres formadas no magistério tiveram a oportunidade de ingressar em outras áreas de formação.

Capítulo 3 – A inserção da pílula contraceptiva oral na sociedade brasileira e a repercussão em jornais e revistas da década de 1960.

A década de 1950 foi marcada pela preocupação global com o rápido crescimento populacional, fato que poderia ser prejudicial à economia, pois os recursos financeiros seriam insuficientes para investimentos em prol do desenvolvimento. Além da constatação de que com o tempo, talvez, a produção de insumos não conseguisse acompanhar o rápido crescimento demográfico. Nesse cenário, a ideologia neomalthusiana²² em favor do controle de natalidade ganhou ímpeto.

3.1 O crescimento demográfico acelerado e as controvérsias com relação ao uso do contraceptivo oral no Brasil.

Com o objetivo de controlar a ovulação e a gravidez, o biólogo Gregory Pincus, o ginecologista John Rock, a enfermeira Margareth Sanger e a financiadora Katherine Dexter McCormick, iniciaram uma pesquisa para o desenvolvimento da contracepção. Em 1955, chegaram à constatação de que com uma dose do hormônio da progesterona, a ovulação poderia ser impedida. (PEREIRA, 2016, p.16)

O medicamento foi testado em diversas mulheres e em 1960 foi aprovado nos Estados Unidos pela *FDA (Food and Drugs Administration)*. Com o nome de Enovid, desenvolvido pelo laboratório Searle, tornou-se a primeira marca de pílula com fins contraceptivos. Apesar dos receios com relação aos riscos e efeitos colaterais, teve um índice de alta aceitabilidade e se difundiu por diversos países durante a década de 60.

No Brasil a questão demográfica era tema de controvérsias. Entre os debates, ocorriam posicionamentos entre duas vertentes. O primeiro grupo, centrado em ideias de controle e diminuição da natalidade, defendiam a instauração de políticas para esses fins

²² A Teoria Neomalthusiana defende o controle do crescimento populacional para conter o avanço da miséria nos países subdesenvolvidos. O Neomalthusianismo foi desenvolvido a partir dos estudos de Thomas Malthus. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/teorianeomalthusiana.htm>> Acesso 01/05/2021.

e se respaldavam nos argumentos da Teoria Neomalthusiana. O segundo, era contrário às imposições de políticas de contenção demográfica. Possuía bases conservadoras e julgava o planejamento familiar como uma ameaça aos costumes tradicionais, embasados primordialmente nos preceitos da Igreja Católica. Mesmo sem uma posição brasileira definitiva sobre tais questões demográficas, decidiu-se pela circulação do medicamento para tratamentos pertinentes à saúde feminina.

Os ginecologistas brasileiros, mesmo com as concepções até então de que os medicamentos deveriam ter fins para o tratamento de doenças ou disfunções, foram defensores da nova medicação como contraceptivo. Com isso, ocorreram divergências entre a medicina e o catolicismo. Com a circulação da droga, médicos passaram a publicar estudos e comentários a respeito dos contraceptivos hormonais, abordando os efeitos colaterais, a dosagem e os possíveis riscos à saúde feminina.

A Igreja Católica foi contrária ao uso dos contraceptivos artificiais. Autorizava métodos de prevenção tidos como naturais, como a tabelinha e o coito interrompido (SOUZA JÚNIOR, 2006, p.72). Entretanto, tais recursos tinham altos índices de falha, pois dependiam do ciclo feminino, que poderia oscilar. Fato que, com as pílulas contraceptivas poderia ser controlado e a taxa de sucesso consequentemente seria maior.

Além do crescimento populacional desordenado, outro ponto que levou a defesa do novo remédio como contraceptivo foram as questões relacionadas aos índices de aborto, onde eram empregados métodos para a interrupção das gestações indesejadas que poderiam comprometer a saúde. A gravidez planejada contribuiria para a diminuição dessas taxas e para o bem-estar feminino, visto que tanto o aborto em condições inadequadas – ervas e a introdução de objetos estranhos no útero – poderia causar hemorragias, quanto a procriação descontrolada, com gestações seguidas sem espaço para recuperação do corpo, eram maléficos à saúde feminina.

3.2 A acessibilidade das pílulas contraceptivas orais no início da sua comercialização.

A pílula contraceptiva oral Enovid, produzida pelo laboratório Searle, foi introduzida e difundida no Brasil em 1962 (SANTOS, 2018, p.22). Despertou controvérsias e receios com relação às possíveis mudanças que poderia provocar nos padrões sociais. No Brasil, com o nome Enavid, passou a ser fabricada em São Paulo pelo laboratório americano Searle, bem como o Anovlar, um medicamento similar produzido pelo laboratório alemão Berlimed. Ambos os produtos, tinham a indicação para suspensão da ovulação, buscando evitar a dismenorreia²³. A medicação era liberada para mulheres que apresentassem receita médica.²⁴

De acordo com o artigo 54 do Código de Ética Médica, o médico não poderia receitar um tratamento destinado a evitar gravidez. Apesar de tal restrição e de que o medicamento não poderia ser comercializado para fins contraceptivos, com a posição favorável de diversos médicos, as receitas buscavam burlar o sistema fiscal. A droga era prescrita como um regulador menstrual e para tratamento de distúrbios ginecológicos (SILVA, 2017, p.26). Com o passar do tempo, apesar da exigência de prescrição médica, a comercialização ocorreu sem maiores restrições nas farmácias, pois a fiscalização e controle das receitas médicas era mínimo. Tal fato, contribuiu para a rápida disseminação do remédio como contraceptivo, tomando uma proporção diferente da proposta inicial, de fins exclusivos para o tratamento de disfunções na saúde feminina.

Matérias que retratam a data exata da chegada da pílula contraceptiva oral no Brasil em 1962 são escassas ou nulas, pois a sua comercialização não podia ser divulgada em meios publicitários por se tratar de um medicamento que demandava prescrição médica. Além da proibição de que o medicamento fosse disseminado como um contraceptivo. O Decreto-Lei nº. 3.688, das contravenções penais, de 3 de outubro de

²³ Dismenorreia é a dor uterina por volta do período menstrual. A dor pode ocorrer com a menstruação ou precedê-la em 1 a 3 dias. Disponível em: <<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/ginecologia-e-obstetr%C3%ADcia/anormalidadesmenstruais/dismenorreia#:~:text=Dismenorreia%20%C3%A9%20a%20dor%20uterina,em%201%20a%203%20dias>> Acesso em: 28/04/2021.

²⁴ Informações coletadas do acervo **O Globo**, 25 de agosto de 1962, matutina, geral, página 6.

1941, em seu capítulo I, artigo 20, proibia: “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto ou evitar gravidez”. (SILVA, 2017, p.25)

Segundo a pesquisa realizada por Joelma Ramos Santana e Silvia Waisse (2016, p.208), o valor da cartela para o uso mensal do contraceptivo, custava 1.500 cruzados em novembro de 1962 e o salário mínimo da época era 13.440 cruzados. Pelo custo do produto, em um primeiro momento, as mulheres dos setores sociais mais baixos tinham dificuldades de acesso.

Em 1965, foi fundada a Sociedade Brasileira de Bem-estar da Família (Bemfam), responsável pelo desenvolvimento do processo de planejamento familiar no Brasil. Uma das suas funções era a distribuição de métodos contraceptivos, principalmente para os segmentos economicamente mais desfavorecidos. Com isso e a crescente disponibilização de novas marcas laboratoriais do produto com preços mais acessíveis, a disseminação do contraceptivo nos anos de 1960 tomou ímpeto.

Os estabelecimentos farmacêuticos apresentaram um papel fundamental para a disseminação da pílula contraceptiva. Através do atendimento informal prestado, mulheres de camadas populares que não tinham condições de passar por um médico para conseguir orientações e uma prescrição, conseguiam adquirir o método sem maiores restrições.

3.3 Os padrões da sexualidade feminina e as possíveis modificações com a introdução do contraceptivo oral.

A introdução da pílula com fins contraceptivos no cotidiano provocou mudanças nos padrões femininos. As mulheres tinham um papel social delimitado, que começou a passar por transformações com o desenvolvimentismo e modernismo ocorridos no Brasil. Entre as décadas de 1950 e 1960, elas foram se inserindo gradativamente no mercado de trabalho, escolas e universidades, e com isso, iniciaram o processo de desconstrução do tradicionalismo social ao qual eram submetidas, até então.

O conservadorismo esperava que as mulheres se casassem e constituíssem uma família, e com isso tivessem filhos. Que se dedicassem exclusivamente para o cuidado com o lar, marido e filhos. Com a inserção feminina no mercado de trabalho, essa projeção, mesmo que com desgosto, começou a mudar. A mulher conquistou uma função social para além da exclusividade doméstica.

Com a chegada da pílula contraceptiva, outra mudança além do padrão de exclusividade ao lar tornou-se possível. A mulher adquiriu o direito de escolha de ter ou não filhos ou quantos ter. A visão social enxergava o coito feminino como tolerável apenas dentro do matrimônio e pouco se abordava o sexo sem um vínculo com fins de constituir uma família. Com isso, ocorreu o início de uma mudança na sexualidade feminina, visto que o sexo passou a poder ser explorado apenas por prazer e sem receios de uma gravidez indesejada (SOUZA JÚNIOR, 2006, p.14). Entretanto, o foco central das pílulas contraceptivas era o controle demográfico. As mudanças na perspectiva da sexualidade feminina foram uma resultante.

Antes da chegada da pílula, métodos como camisinha, tabelinha e ervas naturais eram empregados para a tentativa de controle de uma gravidez indesejada. Porém, o índice de sucesso dessas ferramentas era instável e imprevisível. A camisinha dependia da vontade do parceiro para que fosse usada. A tabelinha poderia falhar por mudanças no ciclo feminino. As ervas poderiam ser prejudiciais à saúde feminina ou por vezes não terem eficácia. Com o uso da pílula, se tomada de forma correta, a chance de uma gravidez indesejada era mínima, o que trouxe segurança para que as mulheres desfrutassem do sexo sem ressalvas.

O tradicionalismo a respeito da sexualidade feminina, assim como os padrões comportamentais, foi difundido pelos preceitos morais pregados pela Igreja Católica, à qual tinha alta interferência social. O ato sexual era tido por essa instituição como reprodutivo, sagrado e que deveria ser supervisionado. (SOUZA JÚNIOR, 2006, p.74)

No Brasil, a pílula surgiu como um produto de fácil uso e acesso, podendo ser comprada nas farmácias sem receita, pois a fiscalização sobre a prescrição médica era diminuta. As embalagens possuíam instruções que facilitavam o entendimento do uso. Possuíam um formato pequeno e discreto, assim poderiam ser tomadas escondidas do

marido ou líder religioso, caso fosse necessário. Além disso, eram eficazes, tais características tornaram alta a aderência e o uso. (SILVA, 2017, p. 31-32)

Para as mulheres usuárias da pílula nos primeiros anos, o contraceptivo tinha fins destinados ao controle de natalidade, porém, acabou por iniciar novos debates sobre as formas da sexualidade feminina, mesmo que de forma pacata. Apesar de ter trazido benefícios tanto para o planejamento familiar quanto para a questão da vivência da sexualidade, os efeitos colaterais existiam e com eles a preocupação dos riscos acarretados para a saúde da mulher. Médicos e pesquisadores buscavam constantemente confirmar os efeitos adversos.

Um dos efeitos que mais causava preocupação popular era a infertilidade, fato que demonstra a projeção tradicionalista e conservadora que a sociedade tinha sobre as mulheres. Era esperado que mesmo com o uso da pílula, em determinado momento se tornassem mães.

3.4 As análises de fontes documentais: visões e opiniões sobre o anticoncepcional na década de 1960 nos jornais O Globo, Folha de São Paulo e Revista Claudia.

Os jornais foram importantes condutores de informações para a população. Possuem o papel de investigar e publicar notícias que sejam de interesse público. As revistas foram outro importante veículo de comunicação de massa. Diferentemente dos jornais, que têm foco em pontos políticos e econômicos, abordam temáticas do cotidiano social.

Durante o início da década de 1960 quando a pílula contraceptiva passou a fazer parte do cenário mundial, as primeiras matérias jornalísticas centravam-se no desordenado crescimento demográfico e na adoção de diversos países pela nova droga como uma ferramenta de controle. Com o início da circulação em território brasileiro, o foco adentra em questões analíticas acerca dos possíveis riscos e danos à saúde da mulher. Nas revistas, foram abordados discursos de planejamento familiar, mecanismos de função no organismo e aceitabilidade feminina ao método.

Com o intuito de analisar opiniões e impactos que a pílula contraceptiva ocasionou na sociedade brasileira nos primeiros anos da década de 1960, foram selecionadas fontes históricas escritas, de dois jornais e uma revista. Os jornais são **O Globo** e **Folha de São Paulo** e a revista **Claudia**, todos veículos populares de informação do período. Os jornais tinham um posicionamento conservador enquanto que a revista propunha exposições mais liberais. A palavra-chave usada em ambos os acervos foi “anticoncepcional”. A escolha desses jornais e dessa revista se deu pelo fato de ambos terem alta difusão perante a sociedade na década de 1960, além de contarem com acervos de pesquisa acessíveis.

O Globo

Na imprensa brasileira jornalística, as principais notícias a respeito da pílula contraceptiva oral, tinham tendências alarmistas. Nestas, eram focalizados os prejuízos que as pílulas contraceptivas poderiam trazer para a saúde das mulheres e contrariedade da Igreja Católica frente ao novo medicamento. Posicionamentos respectivos à opinião médica também eram abordados.

Na reportagem divulgada em 25 de agosto de 1962, intitulada "Nenhum pedido para apreender a droga", o diretor do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia, Francisco Laport, desmentiu para **O Globo** que tenha recebido qualquer pedido de apreensão para o novo produto contraceptivo, como vinha sendo divulgado. Contestações as quais faziam o pedido para que ocorresse a proibição da circulação do medicamento, eram embasadas em boatos acerca da droga causar trombofilia²⁵. Entretanto, tal informação ainda não havia sido comprovada por estudos, colocando tais discursos como equivocados e com o objetivo de prejudicar a circulação da droga.

Em um segundo momento da mesma matéria, o jornal traz o posicionamento do ginecologista Fernando Pedrosa Filho, ao qual aponta que os efeitos do medicamento estavam sendo discutidos recentemente no congresso de fertilidade e que até o então, não foram associados indícios que o remédio pudesse causar trombofilia. O ginecologista

²⁵ A trombofilia é a tendência ao surgimento de trombose, doença caracterizada pela formação de coágulos de sangue.

defendeu um posicionamento favorável ao uso do contraceptivo, com a ressalva de que as usuárias deveriam passar por acompanhamento médico e que a droga só poderia ser usada por mulheres que tivessem algum distúrbio de fertilidade e não com a finalidade de contracepção.

Sou favorável ao uso do Enavid e do Anovlar somente em um grupo de pacientes rigorosamente selecionadas, porque a droga tem um radical masculinizante e só pode ser usada por pacientes com infertilidade sem ovulação. Sou absolutamente contrário quando usada com outras finalidades, principalmente com o intuito de anticoncepcional. (**O Globo**, 25 de agosto de 1962, edição matutina, p.6)

A matéria do dia 17 de setembro de 1962, "Diz o cardeal que a Igreja condena os Anticoncepcionais", publicou o posicionamento do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara em sua última palestra a respeito do contraceptivo oral. Foi esclarecido que a posição da Igreja Católica com relação ao uso do anticoncepcional é contrária, até mesmo em casos considerados especiais. Durante diversas matérias, a opinião da igreja foi levada em conta, por se tratar de uma instituição que fazia parte do cotidiano social e tinha influência no norteamento de decisões dos seus seguidores.

Atender a tais apelos seria rebaixar vossos conhecimentos e vossa capacidade, tornando-vos cúmplices duma ação imoral; seria a perversão do vosso apostolado. Isso exige um "não" calmo, porém categórico, que não permite transgredir a lei de Deus e a ordem na consciência. O santo padre não sugere exceção alguma. (**O Globo**, 17 de setembro de 1962, matutina, geral, p.5)

Em 5 de março de 1963, o título "Médico desmente que o Enavid faça crescer bigode nas mulheres", o ginecologista Vitor Rodrigues, professor de clínica ginecológica na Universidade Federal do Estado do Rio, concedeu uma reportagem ao **O Globo** desmentindo que o Enavid tenha o poder de sozinho provocar a morte das usuárias ou efeitos secundários como o crescimento de bigodes, engrossamento de voz. Apesar de conter substância hormonal masculina, a dose é insignificante para causar qualquer alteração na genética.

Tais discursos propagados de que o medicamento poderia “masculinizar” a mulher, demonstrou uma inquietude com o contraceptivo e a tentativa de orientar o abandono, com alegações que assustavam as usuárias, pois a feminilidade e beleza eram padrões que faziam parte do estereótipo feminino. Essa manifestação contra o produto detinha uma abordagem diferente da demonstrada na matéria de 25 de agosto de 1962, de causar temor com o efeito colateral da trombose. Nesse momento, os feitos em prol do desuso do medicamento, ocorreram com a estratégia de assustar o público usuário com questões de estética. Entretanto, há uma interseção entre as duas matérias, ambas demonstram que existiam receios com relação ao uso da droga e os possíveis danos à saúde feminina.

As substâncias gestogênicas sintéticas, em sua grande maioria, possuem uma fração masculinizante que, no entanto, não traz qualquer inconveniente quando o medicamento é usado em doses terapêuticas. (**O Globo**, 5 de março de 1963, matutina, geral, p.5)

No editorial matutino de 7 de março de 1964 com a reportagem “O casal sem filhos: opinião do Dr. Osmar Teixeira da Costa, do serviço de ginecologia do hospital dos servidores do Estado”, analisou a problemática da esterilidade como um assunto público e não mais apenas de domínio médico. Dr. Costa argumentou a importância do filho na vida do casal, pois a falta dele pode ser um ponto de partida para uma separação e a esterilidade voluntária, causada pelo uso do medicamento contraceptivo. O médico apontou que o casal que é considerado fértil hoje após o uso do remédio pode se tornar infértil. O ginecologista aconselhou que as mulheres não façam uso dos métodos anticoncepcionais ou de abortos por serem prejudiciais à saúde, levando a uma possível esterilidade definitiva: “No caso da esterilidade voluntária, é bom lembrar que, assim como hoje um casal pode ter filhos, amanhã talvez seja impossível tê-los.” (**O Globo**, 7 de março de 1964, edição matutina, Ela, p.6)

Eram comuns divulgações de matérias que apontavam a pílula contraceptiva como fato que poderia afetar o casamento, pois a união matrimonial tinha a finalidade de prover uma família, e até então, uma família era considerada composta por casal e filhos. Com o anticoncepcional, o casamento não teria prole, o que poderia desencadear

desentendimentos, visto que ambas as partes do relacionamento poderiam não concordar com essa condição.

Folha de São Paulo

A discussão apontada no jornal **Folha de São Paulo**, em 23 de maio de 1965, foi fundamentada no planejamento familiar. A matéria denominada “Medicina – planificação da família” descreveu a pílula contraceptiva e chegou a denominá-la como “um método mágico” para evitar uma gravidez indesejada através da inibição da ovulação. Entretanto, para que o uso seja seguro seria necessário um controle médico, pois cada organismo tem suas particularidades, o que demanda atenção.

Essa notícia enfatizou que o método de controle de natalidade não se relacionava com cada ato sexual, como funcionava com a camisinha ou tabelinha: seu uso contínuo evitava a ovulação e com isso, durante todo mês a usuária estaria protegida. Os efeitos colaterais foram apontados como náuseas, desconforto mamário, dores de cabeça e aumento de peso, porém, em contrapartida, para animar as usuárias, os fluxos menstruais se tornam menores e menos dolorosos. A reportagem, diferente de outras observadas em anos anteriores, que apontavam a preocupação com a fertilidade, trouxe estudos comprobatórios de que a mesma não era comprometida. A visão dessa matéria é positivista com relação a pílula contraceptiva.

Pela primeira vez, um método de controle de natalidade não se relaciona com cada ato sexual em particular”, afirmou a Dra. Mears durante palestras desferidas recentemente na faculdade de medicina da USP e na Associação Paulista de Medicina. (**Folha de São Paulo**, 23 de maio de 1965, p.8)

Revista Claudia

A primeira matéria apresentada pela revista **Claudia** sobre a pílula contraceptiva, ainda no seu ano de lançamento em novembro de 1962, intitulada “As pílulas cor de rosa”, explorou a problemática do crescimento populacional desordenado, e com isso abordou a

situação de inúmeras mulheres que se preocupavam com o planejamento familiar, mas que até então não possuíam uma ferramenta para tal.

Os sete que lhe encham a casa, já dão muito trabalho. Ela está cansada, esgotada. Mas, qual o método de evitá-los, sem criar incompatibilidade com o marido? E principalmente, sem arriscar a saúde? (**Claudia**, novembro de 1962, p.50)

Ao analisar esse trecho nota-se que o conselho editorial da revista reconhecia o anseio feminino pela execução de um planejamento familiar e que antes da chegada da pílula outros meios já eram tentados, mas com problemas. A frase “criar incompatibilidade com o marido” pode levar à suposição de que artifícios anteriores à pílula, como a camisinha, gerava controvérsias entre o casal, pois a mesma, em diversos relatos era tida como incômoda ao prazer masculino. Ou até mesmo, que o parceiro seria contrário a qualquer método de prevenção contra gravidez, possivelmente norteados pelo conservadorismo. “Sem arriscar a saúde” pode remeter aos métodos naturais de plantas, chás ou dispositivos inseridos no útero com o intuito de causar um aborto, o que poderia causar sangramentos intensos e diversos males à saúde feminina.

Posteriormente, a matéria apresentou a nova pílula, mostrando o seu desenvolvimento nos Estados Unidos. Também foi apontado que esse método de controle de fertilidade já circulava no mercado brasileiro, mas que possuía a restrição de ter como finalidade o uso para tratamento de disfunções ovarianas.

Hoje o novo anti-concepcional – que não é vendido para essa finalidade e que pode ser também, paradoxalmente, um poderoso fertilizante – é assunto de todas as rosas, defendido por uns, atacado por outros. (**Claudia**, novembro de 1962 p.50)

A revista reconheceu os efeitos colaterais da pílula, mas concluiu que os benefícios se sobressaem e adotou um posicionamento favorável à adesão feminina ao uso da pílula: “As novas pílulas parecem realmente maravilhosas: eficientes, cômodas, garantidas, sem efeitos nocivos sobre a saúde.” (**Claudia**, novembro de 1962, p.52)

Um ponto apresentado pela revista como negativo é o alto custo do medicamento. Isso diminuiria a acessibilidade e prejudicava a difusão entre os grupos sociais femininos de menor renda. A alternativa proposta foi a distribuição governamental gratuita para essas mulheres no Brasil, como ocorria nos Estados Unidos, e que os preços se tornassem mais populares.

Que representam elas uma grande conquista, desde que possibilitam um eficiente planejamento das populações, uma vez resolvido o problema do alto preço das pílulas pela ação do governo ou de entidades especializadas (**Claudia**, novembro de 1962, p.52)

Apesar de adotar uma postura mais liberal com relação ao uso da pílula como método de contracepção, a revista ainda detinha preceitos conservadores protótipos daquele período. Foi ressaltado o uso e benefício por mulheres casadas que desejassem controlar a quantidade de filhos, mas em nenhum momento o discurso da matéria defendeu que a droga pudesse ser usada com o intuito de exploração da sexualidade. A revista alertou: “O perigo, no campo social, seria uma deportação da finalidade das pílulas de, passando elas a favorecer, não planejamento das famílias ou populações, mas a decadência dos costumes”. (**Claudia**, novembro de 1962, p.52)

Apresentando o posicionamento religioso, a revista evidencia a reprovação da Igreja Católica para com o novo contraceptivo. Tal fato, poderia interferir na aderência feminina ao método, visto que grande parte da sociedade era pertencente a essa religião.

O uso das pílulas vai depender... da consciência de cada um, porque cada um tem na vida as "medidas": uma mulher pode fazer mais sacrifícios para criar um filho só, do que a sua vizinha para criar e educar uma dúzia deles. Sim, tudo depende das "medidas" de cada uma, de suas condições de idade, saúde, dinheiro, harmonia conjugal, vida em sociedade. E naturalmente, dos seus princípios morais e religiosos. (**Claudia**, novembro de 1962 p.52)

A matéria publicada em novembro de 1964 na revista **Claudia Noiva**, com o título “Filhos, ciência controla, consciência decide”, observou a alta difusão da pílula contraceptiva no cotidiano brasileiro e por diversos países. Naquele momento, as

preocupações apontadas sobre o método eram com relação aos seus efeitos ao longo prazo e as ameaças à saúde feminina. Notasse que uma das maiores apreensões com relação aos possíveis riscos, era a possibilidade da infertilidade. Naquele período, o padrão social de ter filhos, mesmo que com a chegada da pílula tenha caído gradativamente, ainda era um anseio. Diversas matérias publicadas tanto em revistas, quanto em jornais e estudos medicinais, apontavam a preocupação com esse efeito colateral.

Poucos medicamentos (com exceção talvez dos antibióticos e dos analgésicos) disseminaram-se tão rapidamente, a ponto de seu consumo mundial só poder ser avaliado em muitos milhões de unidades. Contudo, muitos milhões de mulheres e não poucos estudiosos continuam perguntando: o que são, afinal, essas pílulas? Como é que funcionam? Até que ponto oferecem reais garantias? Que efeitos colaterais aparecem com o seu uso? Por quanto tempo podem ser tomadas? Podem causar doenças? A longo prazo, são capazes de prejudicar a capacidade de procriação da mulher?. (Claudia Noiva, novembro de 1964, p.89)

Com a pesquisa e as análises realizadas acerca das matérias abordadas anteriormente, podemos ter uma noção de como foi a difusão da pílula contraceptiva no cotidiano feminino e quais foram os posicionamentos sociais sobre o método. Observamos nas exposições dos jornais **O Globo** e **Folha de São Paulo** e pela revista **Claudia**, características de conservadorismo, preocupação e expectativa.

Considerações Finais

A década de 1960 foi fomentada por instabilidades políticas e econômicas, além de mudanças nos padrões culturais e sociais. A Terceira República brasileira foi uma fase de experiências democráticas, com garantias dos direitos civis, políticos e sociais. Com isso, durante esse período ocorreram intensas participações populares nas decisões políticas.

Durante o último governo democrático antes da instauração do golpe civil-militar de 1964, o presidente João Goulart enfrentou oposições institucionais desde a sua posse até o último dia do seu mandato. Nos anos finais da sua chefia, com o aumento dos conflitos políticos e da aproximação de Goulart com os grupos da extrema esquerda, os setores opositores encontraram o apoio necessário para que o regime militar fosse implantado.

Ao longo do regime ditatorial foram promulgados Atos Institucionais, os quais tinham por objetivo desarticular as oposições governamentais, com postulados que restringiam os direitos civis e políticos. Nessa fase, as eleições presidenciais tornam-se indiretas e o dinamismo político observado durante o período democrático deixou de ser tolerado. Grupos contrários ao regime autoritário se opuseram, entretanto, a Ditadura militar de 1964 vingou e trouxe consigo censura e repressão aos que fossem tidos como oponentes.

A economia brasileira no final da década de 1950 apresentou índices de desenvolvimento na gestão de Juscelino Kubitschek. Todavia, esse período deixou um legado de crises financeiras para os anos de 1960. Mesmo com as tentativas de estabilização econômica, os desequilíbrios permaneceram ao longo dos dois últimos governos democráticos e durante o início do regime militar.

Por trás desse cenário político e econômico de instabilidades, existia uma sociedade com perfil conservador, baseada em preceitos morais pregados pela Igreja Católica, com forte tradição no cotidiano social. Entretanto, durante o período desenvolvimentista brasileiro, as formas e os padrões culturais passaram por mudanças e com isso começaram a ocorrer rupturas nos modelos sociais tradicionais.

Dentro dessa sociedade conservadora, as mulheres tiveram um longo percurso em busca da conquista dos seus direitos civis, políticos e sociais para o alcance da plenitude na democracia. Ao longo do século XX, alguns fatores foram decisivos para a condição feminina durante a década de 1960. Dentre eles podemos elencar: O Estatuto da Mulher Casada de 1962, que modificou cláusulas específicas do Código Civil de 1916, às quais dificultavam o acesso das mulheres aos direitos civis; o movimento sufragista brasileiro em favor do voto feminino e o feminismo de primeira onda; cláusulas das constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967, que trouxeram a igualdade civil para as mulheres perante a lei; as leis trabalhistas, com cláusulas de proteção específicas ao trabalho feminino; a consolidação das diferenças de gênero nos direitos garantidos pela Previdência Social; as mudanças na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), que aumentaram as possibilidades femininas de inserção ao ensino superior; e o crescimento dos movimentos sindicais com a presença feminina, devido ao aumento do índice de mulheres no mercado de trabalho.

Com todas as lutas percorridas em prol da conquista dos direitos civis e políticos, as mulheres conquistaram maior visibilidade social. Contudo, na década de 1960, existiam diferenciações entre os papéis masculino e feminino, e nessas atribuições, para muitos conservadores, a mulher tinha uma função tradicional elencada como mãe, esposa e do lar. Esse padrão passou pelo início de um processo de transformações com as mudanças culturais adjuntas ao aumento das inserções femininas no mercado de trabalho.

Entretanto, cabe salientar que esse modelo social conservador, acerca dos papéis femininos e da exclusividade ao lar, se aplicava majoritariamente aos setores médios urbanos, visto que as mulheres dos segmentos sociais mais baixos sempre tiveram necessidades econômicas de estarem inseridas em atividades fora do ambiente doméstico. Durante a década de 1960, houve uma crescente ascensão feminina dos segmentos médios nos ofícios trabalhistas.

Nesse contexto, a pílula contraceptiva oral chegou aos mercados consumidores brasileiros em 1962 e trouxe consigo contribuição para as mudanças que se propagavam no cotidiano social feminino. A pílula foi aprovada no Brasil em meio às controvérsias entre os defensores das teorias neomalthusianas e os conservadores embasados em preceitos da Igreja Católica.

No início da sua comercialização, a pílula não tinha fins destinados à contracepção. Entretanto, muitos médicos que eram favoráveis à contracepção burlavam essa regra nas indicações dos receituários. Contudo, mesmo com a exigência de receita para aquisição do medicamento, a fiscalização era diminuta e muitas mulheres conseguiram comprar sem possuir prescrição, fato que contribuiu para a disseminação da droga no cotidiano feminino.

Com a chegada da pílula contraceptiva, a mulher adquiriu o direito de escolha entre ter ou não filhos ou quantos ter. Com isso, ocorreu o início de uma mudança na sexualidade feminina, visto que o sexo passou a poder ser explorado apenas por prazer e sem receios de uma gravidez indesejada. Entretanto, o foco central das pílulas contraceptivas nas primeiras décadas foi o controle demográfico. Essa mudança na situação sexual feminina foi um resultado.

As fontes documentais da década de 1960, utilizadas na pesquisa, apontam que a inserção da pílula contraceptiva oral no cotidiano feminino despertou ressalvas quanto aos possíveis riscos do novo medicamento para a saúde. Observamos nas matérias jornalísticas apresentadas pelo **O Globo** e **Folha de São Paulo**, que muitos médicos eram favoráveis ao método, com a ressalva de que era necessário um acompanhamento. Que notícias alarmistas circulavam com a intenção de provocar receios quanto ao uso. E também, que a Igreja Católica se posicionou em desaprovação. Nas matérias da revista **Claudia**, foi notado um direcionamento discursivo atribuído às mulheres, visto que a revista era destinada ao público feminino. Nesta, eram apontadas colocações favoráveis ao uso da pílula para fins contraceptivos e de planejamento familiar.

Referências Bibliográficas

Periódicos

Folha de São Paulo, 23 de maio de 1965. <https://www.folha.uol.com.br/>

O Globo, 25 de agosto de 1962, 17 de agosto de 1962, 05 de março de 1963 e 07 de março de 1964. <https://oglobo.globo.com/>

Revista **Claudia**, novembro de 1962. <https://claudia.abril.com.br/>

Revista **Claudia Noiva**, novembro de 1964.

<https://claudia.abril.com.br/suavida/claudia-noivas-um-guia-para-planejar-seu-casamento/>

Legislação

BRASIL. Código Civil. Lei nº 3.071, de 01/01/1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm> Acesso em: 28/04/2021.

BRASIL. Código Eleitoral. Decreto nº. 21.076, de 24/02/1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreto%20o%20C%C3%B3digo%20Eleitoral.&text=1%C2%BA%20Este%20Codigo%20regula%20em,elei%C3%A7%C3%B5es%20federais%2C%20estaduais%20e%20municipais>. Acesso em: 29/04/2021.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-lei nº. 5.452, de 01/05/1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 29/04/2021.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em: 28/04/2021.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 28/04/2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em: 28/04/2021.

BRASIL. Lei nº 4.024/61, de 20/12/1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm Acesso em: 29/04/2021.

BRASIL. Lei nº. 4.121, de 27/08/1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm Acesso em: 29/04/2021.

Bibliografia

50 anos em 5: o Plano de Metas. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>> Acesso em 24 de março de 2021.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964.** 7º ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORI. Mary (org). **História das mulheres no Brasil.** 7º ed. São Paulo: Contexto, 2004. Pp. 508-535. Disponível em: <<https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/delpriore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>> Acesso em: 28/04/2021.

BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013. Pp. 63-73. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/vv0v>> Acesso em: 28/04/2021.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. In: **Cadernos de Pesquisa.** V. 39, nº 136, p. 125-156, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf>> Acesso em: 28/04/2021.

CALABRE, Lia. A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_LiaCalabre_Participacao_radio_cotidiano_sociedade_brasileira.pdf> Acesso em: 28/04/2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Código Civil de 1916. Lei nº. 3.071, 01/01/1916. Verbete. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/C%C3%93DIGO%20CIVIL%20DE%201916.pdf>> Acesso em: 29/04/2021.

CEDRO, Marcelo. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Pp. 199-257. Disponível em: <<https://br1lib.org/book/5337514/d88cf2>> Acesso em: 01/05/2021.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do regime autoritário**: ditadura militar e redemocratização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Pp. 14-58. Disponível em: <<https://br1lib.org/book/5337516/073d25>> Acesso em: 01/05/2021.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família Burguesa. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. 7º ed. São Paulo: Contexto, 2004. Pp. 187-201. Disponível em: <<https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/delpriore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>> Acesso em: 28/04/2021.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Pp. 122-147. Disponível em: <<https://br1lib.org/book/5337514/d88cf2>> Acesso em: 01/05/2021.

DIAS, Tânia Maria; BONAN, Claudia; NAKANO, Andreza Rodrigues; MAKSDUD, Ivya; TEIXEIRA, Luiz Antônio. “Estará nas pílulas anticoncepcionais a solução?” Debate na mídia entre 1960-1970. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. V. 26, nº 3, p. 216, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v26n3/1806-9584-ref-26-03e46020.pdf>> Acesso em: 28/04/2021.

DIAS, Tânia Maria. A vida social das pílulas anticoncepcionais no Brasil (1960-1970): uma história do cotidiano. Tese (Doutorado em Ciências em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44519/2/tania_dias_iff_dout_2019.pdf> Acesso em: 28/04/2021.

Dismenorreia. In **Manual DSM**. Disponível em: <<https://www.msmanuals.com/ptbr/profissional/ginecologia-e-obstetr%C3%ADcia/anormalidadesmenstruais/dismenorreia#:~:text=Dismenorreia%20%C3%A9%20a%20dor%20uterina,em%201%20a%203%20dias>> Acesso em: 28/04/2021.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência**

democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Pp. 389-449. Disponível em:
<<https://br1lib.org/book/5337514/d88cf2>> Acesso em: 28/04/2021.

GONÇALVES, Angelo Barreiro. A Igreja Católica e o golpe de 1964. In: **Akrópolis – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**. Vol. 12, nº.1, p.49-55, 2004. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/454/413>> Acesso em: 01/05/2021.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987.

HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, Novas famílias? Da modernidade à pósmodernidade. In: **Pensando Famílias**. Porto Alegre. Vol. 3, nº3, p.8-19, 2001. Disponível em:
<http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1363010551_hintz_novos_tempos,_novas_fam%C3%ADlias_-_complementar_8_abril.pdf> Acesso em: 28/04/2021.

Humberto de Alencar Castelo Branco. In **Dicionário histórico biográfico pós-1930**. <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencarcastelo-branco>> Acesso em: 29/04/2021.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. In: **Revista de estudos feministas**. Florianópolis. V. 26, n. 2, p. 1-17, 2018. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/49845/37126>> Acesso em: 28/04/2021.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: A política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. Tese (doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-22082012-105827/publico/2012_FelipePereiraLoureiro_VRev.pdf> Acesso em: 28/04/2021.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. In: **Revista Mulher e Trabalho**. Rio Grande do Sul. V. 5 (Parte II), p. 5-7, 2005. Disponível em:
<<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2712/3035>> Acesso em: 28/04/2021.

MITTANCK, Vanuza Alves. As mulheres de 1950: seu comportamento e suas atitudes. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13** (Anais Eletrônicos). Florianópolis, Pp. 1-4, 2017. Disponível em:
<http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499470616_ARQUIVO_ASMULHERESDE1950seucomportamentoesuasatitudes.pdf> Acesso em: 28/04/2021.

MORAES, Maria Lygia Quartin. **Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/filefield_paths/tomo-ii-trajlygia_0.pdf> Acesso em: 28/04/2021.

MOREIRA, Cássio Silva. O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/35450>> Acesso em: 28/04/2021.

NADER, Maria Beatriz. Mudanças Econômicas, Mulher e Casamento em Vitória. 1970-2000. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Minas Gerais, p. 1-3, 2002. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1150>> Acesso em: 28/04/2021.

Teoria Neomalthusiana. Verbetes. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/teoria-neomalthusiana.htm>> Acesso em: 02/05/2021.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 23, n.º45, p. 239-260, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16527.pdf>> Acesso em: 28/04/2021.

PEDRO, Joana Maria. A trajetória da pílula anticoncepcional no Brasil (1960-1980). In: MONTEIRO, Yara Nogueira (org). **História da saúde: olhares e veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010, Pp. 141-156. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7625438-Yara-nogueira-monteiro.html>> Acesso em: 28/04/2021.

PEREIRA, Pamella Liz Nunes. Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Claudia no período de 1960 a 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/25255/2/pamella_pereira_iff_mest_2016.pdf> Acesso em: 28/04/2021.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Pp. 240-274. Disponível em: <<https://br1lib.org/book/5337516/073d25>> Acesso em: 28/04/2021.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (orgs). **História das mulheres no Brasil**. 7º ed. São Paulo: Contexto, 2004. Pp. 484-507. Disponível em:

<<https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/delpriore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>> Acesso em: 28/04/2021.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do regime autoritário**: ditadura militar e redemocratização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Pp. 118-155. Disponível em: <<https://br1lib.org/book/5337516/073d25>> Acesso em: 01/05/2021.

SANTANA, Joelma Ramos. Difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: a mídia e os livros didáticos. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Pp. 7-35. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13328/1/Joelma%20Ramos%20Santana.pdf>> Acesso em: 28/04/2021.

SANTOS, Ananda Cerqueira Aleluia dos. “Adeus, hormônios”: concepções sobre corpo e contracepção na perspectiva de mulheres jovens. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-15052018092501/publico/AnandaCerqueiraAleluiadosSantosORIGINAL.pdf>> Acesso em: 28/04/2021.

SCOTT, Ana Silva. Família: O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. Pp. 9-22. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/vv0v>> Acesso em: 28/04/2021.

SILVA, Cristiane Vanessa da. Histórias de utilização de pílulas anticoncepcionais no Brasil, na década de 1960. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro. 2017. Pp. 24-38. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/25248/2/cristiane_silva_iff_mest_2017.pdf> Acesso em: 28/04/2021.

SILVA, Luciana Portilho da. Educação e trabalho feminino no Estado de São Paulo (1940-1960). Dissertação (mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012. Pp. 68-72. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285846/1/Silva_LucianaPortilhoda_M.pdf> Acesso em: 28/04/2021.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. São Paulo: Contexto, 2013. Pp. 106-115. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/vv0v>> Acesso em: 28/04/2021.

SOUZA JÚNIOR, AUJÔR DE. A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contracepção (1960-1980). Dissertação (mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Pp. 74-76. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106584/225827.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 28/04/2021.

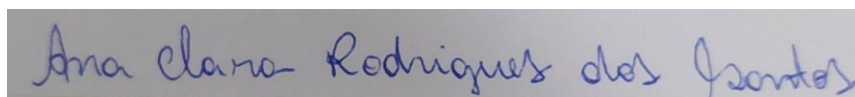
VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Senac, 2000.

ZANOTTO, Gizele; CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Facetas do tradicionalismo católico no Brasil. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Vol. 6, n. 16, p. 3-6, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/22625/12692>> Acesso em: 28/04/2021.

Declaração de autenticidade

Eu, **Ana Clara Rodrigues Dos Santos**, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **A sociedade brasileira da década de 1960 e a repercussão da pílula contraceptiva oral no cotidiano feminino** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 2 maio 2021.



Ana Clara Rodrigues Dos Santos